

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
5º Período Noite
Contabilidade de Custos
Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso
Matemática Financeira
Planejamento Fiscal e Tributário
Projeto de Estágio Supervisionado
Sistemas Contábeis I
Teoria Avançada da Contabilidade

Glaico Gianluca dos Santos
Guilherme Matheus Cerqueira
Raphael Luiz de Freitas

**A GESTÃO AMBIENTAL: Conceitos, características e aplicações em
empresas.**

Belo Horizonte
28 de outubro 2013

Glaico Gianluca dos Santos
Guilherme Matheus Cerqueira
Raphael Luiz de Freitas

A GESTÃO AMBIENTAL: Conceitos, características e aplicações em empresas.

Artigo apresentado às disciplinas: Contabilidade de Custos, Cultura Religiosa I, Matemática Financeira, Planejamento Fiscal e Tributário, Projeto de Estágio Supervisionado, Sistemas Contábeis I e Teoria Avançada da Contabilidade do 5º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Alex Magno Diamante
Anete Roesse
Antônio Monte Furtado Greco
Fátima Maria Penido Drumond
José Luiz Faria
José Ronaldo da Silva
Josmária
Sheila Dias

Belo Horizonte
28 de outubro 2013

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GESTÃO AMBIENTAL	4
3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A GESTÃO AMBIENTAL	7
4 IDENTIDADE HUMANA: RESPONSABILIDADE PESSOAL, SOCIAL E GLOBAL	10
5 CONDIÇÃO PLANETÁRIA	10
6 ESTUDO DE CASO: A EFETIVIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL USIMNIAS	11
6.1 Atividades desenvolvidas	12
6.2 Legislações Aplicadas	12
6.3 Gestão Ambiental Aplicada Internamente	13
7 IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	14
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

Diante do tema ambiental, a situação que a sociedade passa é de extrema preocupação, pois nossos costumes e avanços geraram problemas nos recursos naturais, afetando assim a nossa qualidade de vida e a dos seres existentes na terra.

O trabalho vem nos mostrando os conceitos básicos de uma gestão ambiental, desde sua formação até a aplicação e seus reflexos, apontando a situação planetária e os devidos deveres de nos seres humanos, colocando a natureza como base da vida e quais as devidas sugestões para que se chegue em um sistema sustentável.

As empresas de nosso mercado têm como papel uma aplicação não somente em seu interno, mas sim na sociedade ao redor um plano de ação de conscientização e sustentabilidade para que assim possamos ver resultados positivos para todos. Para que possamos ver tal importância, fizemos uma pesquisa sobre o planejamento ambiental da empresa USIMINAS, tendo seus projetos sustentáveis, planos em ação, visão sobre o assunto e seus pensamentos futuros.

A maneira que a gestão ambiental afeta na profissão atualmente será relatada mostrando como o profissional pode se beneficiar de tais conhecimentos que na atualidade é de grande valorização financeira e a maneira de como ele pode contribuir para que a conscientização seja um assunto de extrema importância em seu ambiente de trabalho, social e cultural.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GESTÃO AMBIENTAL

Foi no século XX que o homem começou a se conscientizar sobre a questão ambiental e as empresas começaram a ter também preocupações de caráter ambiental. Até então a preocupação das empresas era apenas o mercado. Surgiram assim, a cada década, conceitos que fundamentaram a gestão ambiental através de protocolos, encontros, convenções, movimentos e episódios marcantes do ponto de vista ambiental.

Segundo Pereira (2007, p. 321 – 322) na década de 60 surgiu a conscientização do problema ambiental: começaram os primeiros movimentos

ambientalistas e chegou-se à conclusão que os resíduos dispostos incorretamente poderiam causar danos na saúde do homem e de todos os seres vivos. As idéias de maximização do lucro deram lugar a objetivos simultâneos de procura de lucro, crescimento, sobrevivência e de responsabilidade humana e social, que passaram a ter um peso considerável.

A década de 70 foi marcada pela crise do petróleo e pela regulamentação ambiental que se acentuou na década seguinte com a integração na União Européia. Realizou-se a conferência de Estocolmo em 1972, que resultou em legislação com vista ao controle da poluição. Houve uma crescente preocupação com a racionalização do uso da energia e a busca de combustíveis mais puros. Nessa época, surgiu o primeiro selo ecológico na Alemanha em 1978 e também o conceito de desenvolvimento sustentável. Na visão de desenvolvimento sustentável há que crescer, mas com algum cuidado, pois um determinado nível de produção terá influência na produção futura, pois poderemos estar a consumir recursos não renováveis, criar poluição irreversível ou mesmo a criar poluentes com vidas longas que irão afetar as gerações futuras. O desenvolvimento ou o crescimento econômico e a qualidade ambiental são conceitos que deverão estar numa perspectiva de complementaridade.

A década de 80 foi marcada pela globalização das preocupações com a conservação do meio ambiente. Surgiram as primeiras empresas especializadas na elaboração de estudos de impacto ambiental, analisando o ciclo de vida dos produtos, a fim de avaliar o efeito contaminador gerado pela produção de um determinado produto em cada uma das fases da sua vida. Na Convenção Internacional de Basileia, em 1987, estabeleceram-se conceitos e regras para o transporte de resíduos. Surgiu ainda, a preocupação do homem em estudar os níveis de poluição e em definir um ponto ótimo de poluição, que, Segundo Bexter é o ponto em que um aumento nos custos de redução da poluição traria como consequência uma diminuição na satisfação humana. As empresas começaram a consiga definir uma política ambiental e tendo por base princípios como os que foram definidos pela CERES (United States Coalition for Environmentally Responsible Economies), logo após o acidente de Exxon Valdez a 24 de Março de 1989, conhecidos como princípios de Valdez:

- “1 – Proteger a biosfera, através da minimização de emissões de poluentes.
- 2 – Uso sustentável dos recursos naturais.
- 3 – Redução da criação de lixos (especialmente dos perigosos) e alienação em locais e com métodos seguros.
- 4 – Uso eficiente da energia.
- 5 – Redução dos riscos a que estão sujeitos os trabalhadores e as populações residentes na área, através do uso das tecnologias e processos seguros.
- 6 – Comercialização de produtos e serviços “verdes”, seguros para os consumidores e para o meio ambiente.
- 7 – Responsabilização por danos infligidos, através de processos de compensação.
- 8 – Divulgação de informação ambiental.
- 9 – Inclusão no Conselho de Administração de pessoas qualificadas que lutem pelos direitos do meio ambiente.
- 10 – Realização de Auditorias Ambientais. (PEREIRA, 2007, p. 321 – 322)

Na década de 90 ganhou força qualidade ambiental. Os conceitos de certificação ambiental, atuação responsável e gestão ambiental assumem grande importância. Surgiram ainda nesta década as\ norma ISO14000 que vieram sensibilizar as organizações para a questão ambiental. De notar também a importância que assumem os chamados impostos ecológicos, traduzindo a preocupação dos governos com a questão ambiental.

Em 1997 realizou-se no Japão o Protocolo de Quioto que vem estabelecer mecanismos para o comércio de emissões de gases, desenvolvimento limpo, permitindo aos países desenvolvidos baixar os custos da redução das suas emissões poluentes.

Já no século XXI, o foco era no desenvolvimento sustentável, com atenção aos recursos necessários para a geração futura e que uma economia sadia nem sempre sustenta um meio ambiente sadio. A legislação começou a ser colocada em prática e o ambiente foi colocado no centro da política. Surgiram as empresas dispostas a ajudar o meio ambiente, trabalhando com o mercado, as chamadas empresas verdes, aquelas que privilegiam as tecnologias limpas ou proativas, a modernização e diversificação dos processos e instrumentos. Conseqüentemente, surgiu a vantagem comercial dos produtos verdes ou ecológicos que contribuíam para a competitividade da empresa.

A sociedade caminha para o princípio que a empresa poluidora pode ser alvo de multas ou processos judiciais e ter mais dificuldades na obtenção de crédito.

A conservação e preservação do meio ambiente é uma preocupação do presente para o futuro e, para isso, há que educar através da persuasão moral, taxas por emissão de poluentes, etc.

As empresas devem adotar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) visando a melhoria contínua das atividades da empresa, utilizando técnicas que permitam melhores resultados e de harmonia com o meio ambiente. O SGA constitui assim um ponto obrigatório para a certificação ISO14000.

Por faz-se necessário citar o EMAS (esquema comunitário de eco gestão e auditoria) que tem por objetivo a melhoria do desempenho ambiental e o fornecimento de informação relevante ao público e aos interessados acerca da prestação ambiental.

3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A GESTÃO AMBIENTAL

Apenas após a primeira conferência mundial em 1972 (Conferência de Estocolmo) o país sofreu pressões internacionais para a adoção de uma política ambiental efetiva. Novos órgãos foram criados, contemplando as diversas áreas ambientais, assim como uma legislação específica. Cada iniciativa influenciou outras e, num espaço de 30 anos, montou-se um sistema a nível nacional.

Nos últimos anos, pode-se perceber uma transformação no cenário da gestão ambiental, gerada por recentes marcos legais. Além disso, a grande repercussão

dos acidentes com grandes danos ambientais, mobilizaram ações preventivas, aperfeiçoamento dos instrumentos de contingência e nova legislação. Veja os principais pontos desta mudança:

1886: 1º Instituto Florestal - Instituto Florestal de São Paulo - IF/SP

1962: Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF/MG; Instituto de Engenharia Sanitária – IES (federal)

1967: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (federal)

1973: Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA (federal); Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB (São Paulo)

1975: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA

1981: Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6938/ 81.

Redigida com o apoio da FEEMA, essa Lei fundamentou toda a ação ambiental brasileira. Principais avanços:

Criação do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente;

Conceituação do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, que deu caráter orgânico e sistêmico às instituições de gestão ambiental da União, Estados e Municípios;

Respaldo legal a diversos instrumentos da gestão ambiental no Brasil.

1985: Lei da Ação Civil Pública – Lei 7.347/ 851, que forneceu instrumentos de cidadania à população e fortaleceu a ação do Ministério Público.

1988: Promulgada a Constituição Brasileira pela Assembléia Nacional Constituinte, durante o governo José Sarney. O tema meio ambiente ganha um capítulo específico, o capítulo VI, destacando o papel da ação popular na defesa do patrimônio cultural e ambiental do país.

1989: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA; Fusão da SEMA, SUDEPE, SUDEHVEA e IBDF através da Lei 7.7351 de 22 de fevereiro.

1992: Ministério do Meio Ambiente, que substituiu a SEMAM/PR (Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República), através da lei 8.490 de 19 de novembro.

1997: Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei 9.433/1997, criada para direcionar as questões da água, tratando dos seguintes assuntos:

Bacias hidrográficas, com a criação dos Comitês de Bacias e Agências de Bacias para executar as políticas estabelecidas pelo comitê;

Estabelece a possibilidade de cobrança pelo uso da água.

A Lei trouxe um conceito inovador que gerou grande impacto. Uma nova forma de exercer o poder foi apresentada, transcendendo os limites geográficos estaduais ou municipais e substituindo-os pela referência das bacias hidrográficas. Essa nova orientação está demandando uma reavaliação da estratégia de ação dos órgãos ambientais.

1998: Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/98.

Estabeleceu punições mais severas às agressões ambientais, atribuindo responsabilidades criminais para os poluidores, para as autoridades públicas, para as agências financiadoras e determinou uma agenda e procedimentos de ajustes para as atividades irregulares.

2000: Lei de Sanções Administrativas - Lei Estadual 3.467/2000

2001: Medida Provisória do Código Florestal - MP 2.166-67/2001

Uma longa negociação no CONAMA resultou em consensos para a modificação ou a criação de novos procedimentos e critérios para a política florestal.

2002: Sistema Nacional de Unidade de Conservação - Lei 9985/2000

O sistema só pôde ser criado após a Regulamentação da Lei pelo Presidente da República em 22/08/2002, decreto 4.340. Esta Lei estabelece normas e critérios para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.

As práticas gerenciais de comando e controle representavam uma tendência mundial nos anos 80. A Lei 6938/81 reproduz esta visão, mas abre um novo caminho, apontando para o estímulo à boa prática e a incentivos, premiando e reconhecendo a iniciativa de quem procede corretamente, no lugar de agir sobre os infratores.

4 IDENTIDADE HUMANA: RESPONSABILIDADE PESSOAL, SOCIAL E GLOBAL

A sociedade global vive como se fosse a última geração de nossa espécie na terra, sempre abusando dos recursos naturais e gerando degradação e poluição no planeta terra. A qualidade de vida do ser humano depende da situação ambiental planetária, devendo absorver seus recursos e retornar à ela condições que possam manter seu desenvolvimento.

Devido ao aumento populacional, consumismo desenfreado gerados por um sistema econômico financeiro aonde há um mercado competitivo privado e a má qualidade administrativa pública, estamos vivendo uma série de reflexos como a fome, má qualidade de vida não só dos humanos mas sim de todos os seres vivos habitantes da terra.

Diante deste cenário, a necessidade de um planejamento ambiental coletivo e um plano de ação dos recursos naturais são cada dia mais valorizados, pois não somos nada sem o nosso habitat, devendo o cidadão ter a consciência dos danos causados pelo seu modo de vida e fazendo sua parte quanto a isso. Empresas tendo que administrar seus recursos não somente pensando na sua entidade, mas sim em toda a sociedade que vive em seu redor, fazendo com que seus projetos internos sejam aplicados nas famílias de seus funcionários com políticas de bem estar e educação ambiental junto ao poder público para que haja uma divulgação de informações mais adequada, usar a tecnologia que esta em uma fase de grandes conquistas para que trabalhe dando soluções para uma melhor sustentabilidade social.

O mundo nunca reclama dos maus tratos humanos, mas se vingará com catástrofes naturais, portanto o nosso papel é de extrema importância para a solução desse problema, pensando coletivamente os benefícios chegarão a vida de todos os seres vivos.

5 CONDIÇÃO PLANETÁRIA

Diante de uma era de globalização, a informação fez com que as sociedades do mundo se interligassem, a facilidade de falar ou enviar algo para o outro lado do mundo é extremamente eficaz e de grande qualidade.

Porém ao invés das ameaças à vida aqui na terra diminuírem somente aumenta como degradações e poluições ambientais, destruição ecológica, armas químicas, falta de estrutura sustentável entre outros. E mesmo com a facilidade de interação social, esse assunto é ainda muito tímido entre as pessoas, não tendo efeitos o bastante para um reflexo global, portanto faz se urgente decisões que mudem o quadro existente.

Conhecer o nosso ambiente é de extrema complexidade, desde os pontos políticos, econômicos e culturais são de tamanha dificuldade para o conhecimento. Mas essa será a chave para uma ação para com todos, pois dessa conscientização que veremos resultados positivos quanto para o ambiente quanto para os seres habitantes. A idéia não é somente juntar todos os problemas planetários a um só, e sim encontrar suas interligações, mesmo pelo fato que esse processo seja lento, o começo será pelas ramificações até chegarmos na fonte.

As condições planetárias necessitam da aplicação de sustentabilidade, com a ajuda de uma tecnologia de ponta, e que a mesma consiga chegar a todos, usufruir dos “frutos” que a natureza tem a nos oferecer e dar retorno para que ela se mantenha sempre forte e rica.

6 ESTUDO DE CASO: A EFETIVIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL USIMNIAS

A Usiminas é uma empresa do setor siderúrgico líder na produção e comercialização de aços planos laminados a frio e a quente, bobinas, placas e revestidos, destinados principalmente aos setores de bens de capital e de bens de consumo da linha branca, além da indústria automotiva. Fundada em abril de 1956 em Ipatinga, Minas Gerais teve sua constituição societária e legal elaborada nessa data por Gabriel Andrade Janot Pacheco e seu primeiro presidente foi o engenheiro Amaro Lanari Júnior. A empresa, juntamente com outras têm como visão ser um grupo siderúrgico de alcance global, inovador, e crescer de forma sustentável para se posicionar entre os mais rentáveis do setor.

6.1 Atividades desenvolvidas

As empresas do grupo Usiminas atuam, de forma integrada, em todas as etapas de produção do aço. A Usiminas atua como maior produtora de aços planos da América Latina, possui duas usinas, em Ipatinga (MG) e Cubatão (SP). Conta com capacidade de produção de 9,5 milhões de toneladas/ano. A Mineração Usiminas possui 3 minas atualmente em operação, localizadas na região de Serra Azul, no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e o minério de ferro extraído abastece a usina de Cubatão, em São Paulo, e também é exportado.

A Soluções Usiminas é uma empresa líder no segmento de distribuição e de transformação de aços, a Soluções Usiminas conta hoje no Brasil com 11 unidades. A Automotiva Usiminas atua no segmento de produtos especializados e se dedica à industrialização e à comercialização de peças estampadas de aço para a indústria automobilística.

A Usiminas Mecânica oferece produtos de alto valor agregado para a indústria de bens de capital. Oferece tecnologia avançada e alta qualidade no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços. A Unigal Usiminas é um empreendimento conjunto com a Nippon Steela e sua principal atividade é a galvanização de aço por imersão a quente visando agregar mais conteúdo tecnológico ao aço produzido. A Rios Unidos Usiminas é responsável pelo transporte rodoviário de aços planos.

6.2 Legislações Aplicadas

Com ênfase na atuação sustentável, que tem como diretriz a harmonia das dimensões econômica, social e ambiental, a Usiminas foi a primeira empresa no setor siderúrgico brasileiro – e a segunda no mundo – a obter a certificação ISO 14001, por seu sistema de gestão ambiental.

Por meio de constantes investimentos tecnológicos em suas unidades operacionais, a Usiminas atua preventivamente com a geração de resíduos sólidos, emissões atmosféricas e ruídos, promoção do uso racional da água, energia e insumos, além da melhoria da qualidade de efluentes hídricos.

Os produtos comercializados pela empresa cumprem as rigorosas exigências ambientais das diretivas internacionais RoHS e ELV, os chamados “selos verdes”, que monitoram iniciativas de proteção do solo, da água e do ar contra a poluição,

com a restrição do uso de determinadas substâncias, como chumbo, mercúrio e cádmio.

Mas o pensamento sustentável não se restringe às plantas produtivas. Ele ganha espaço também nos diversos projetos para a comunidade, renovando o compromisso da empresa com a cidadania corporativa.

6.3 Gestão Ambiental Aplicada Internamente

A Usiminas possui algumas iniciativas relacionadas a Gestão Ambiental :

- **Projeto Xerimbabo Usiminas** – Tem como foco apresentar, por meio de uma grande exposição lúdica, conceitos de preservação ambiental voltados, principalmente, para crianças e jovens da rede pública de ensino. É o projeto mais antigo de educação ambiental do Brasil.
- **Centro de Biodiversidade da Usiminas** – Atua na proteção dos bens naturais, com ênfase na fauna silvestre regional, é outra das vertentes de atuação da Usiminas, através de seu Centro de Biodiversidade (Cebus), em Ipatinga-MG. Com a orientação do Ibama, o Cebus recebe animais silvestres, sejam eles apreendidos pela Polícia Florestal, pelo próprio Ibama ou mesmo doados por particulares. Os animais típicos de fauna do cerrado que chegam ao Cebus recebem tratamento contra vermes e parasitas, além de vacinações, tratamentos dentários, exames laboratoriais e pesagem.
- **Programa Áreas Verdes** – É um cinturão verde ao redor da Usina favorecendo a revegetação de encostas urbanas, a redução das erosões e a melhoria das condições micro-climáticas da região. Com o projeto, Ipatinga possui um índice de 96 m² de área verde por habitante, oito vezes superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). São cultivadas, a partir de um viveiro próprio, mais de 100 mil mudas por ano, de espécies arbóreas nativas, frutíferas e ornamentais. Desde 2010, a unidade de mineração, em Serra Azul-MG, também integra o projeto.
- **Projeto Mata Ciliar** - Para auxiliar na conservação da bacia dos rios Doce e Piracicaba, a Usiminas mantém, em parceria com a Fundação Relictos e com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), um projeto de recuperação de matas

ciliares. As matas ciliares protegem as regiões de mananciais e oferecem condições de vida a uma grande variedade de espécies, especialmente de peixes que dependem dos frutos, flores, folhas e insetos que proliferam na área. Com o programa, a Usiminas conseguiu garantir a manutenção da cobertura vegetal em toda essa extensão, com roçadas, aceiros e cercamentos que limitam toda a área.

7 IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Temos questões ambientais como um foco de pesquisa nas ciências naturais, mas isso vêm ganhando maior atenção em outras áreas, como na Contabilidade Ambiental, de tempos para cá justificado por uma frequência maior de desastres ambientais e a própria pressão de grupos ambientalistas que apoiam investimentos verdes.

Mas quando falamos de empresas que visam lucros, fica difícil avaliar até em que momento os investimentos ambientais trarão retorno econômico

Desta forma, o profissional da contabilidade pode utilizar de recursos da gestão ambiental como parte do conhecimento, e assim, utilizar essas ferramentas com o objetivo de tornar as atividades das entidades sustentáveis, ou seja, os recursos consumidos sejam eficientes e mínimo além de trazer um retorno financeiro e causar um menor impacto negativo ao meio ambiente e ainda gerar informações de cunho ambiental para a tomada de decisão estratégica das entidades.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação ambiental brasileira é bastante avançada e vem se fortalecendo nos últimos anos, utilizando-se também de mecanismos de participação da sociedade. O governo vem consolidando um sistema nacional descentralizado, porém muitos obstáculos ainda precisam ser superados.

O ambiente constitui uma preocupação dos membros da alta gestão das empresas e organizações nos dias de hoje e revela uma preocupação globalizante no sentido de proteger e diminuir os impactos ambientais de suas atividades. O crescimento a nível económico e tecnológico começa a ter em atenção o desenvolvimento sustentável.

É dada às empresas a possibilidade de introduzir nas sua contabilidade Custos e Proveitos considerados ambientais e um certo grau de precaução nesta área traduzido pelas Provisões Ambientais.

REFERÊNCIAS

EDMAR MORIN. A condição Planetária. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br>> Acesso em 20 de outubro.

ENG. SAFADY PAULO SIMÃO. Construção Sustentável. Revista Obras Online. Publicação mensal da construção civil. Pag. 06. N 61. Março 2009.

USIMINAS. Sustentabilidade. Disponível em: <www.usnimas.com> Acesso em 20 de outubro.

INSTITUTO EMBRATEL. Disponível em: <http://www.institutoembratel.org.br/cursos/curso_instituto/site/pdf/modulo3.pdf.> Acesso em 20 de outubro de 2013.

PEREIRA, Ana Carla Felipe. **A contabilidade ambiental:** sua revelação no relato financeiro. Rio de Janeiro: Jornal da Contabilidade, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

AMIGOS DA NATUREZA. Disponível em: <<http://www.amigosdanatureza.net/educacao-ambiental/>> Acesso em 20 de outubro.